ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Cav JOÃO PAULO DE ANDRADE BARROSO

A CONQUISTA DA OPINIÃO PÚBLICA COMO FATOR DE ÊXITO NAS AÇÕES MILITARES DURANTE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM: UM ESTUDO A PARTIR DAS OPERAÇÕES ARCANJO E SÃO FRANCISCO.

Rio de Janeiro

2019

Maj Cav JOÃO PAULO DE ANDRADE **BARROSO**

A CONQUISTA DA OPINIÃO PÚBLICA COMO FATOR DE ÊXITO NAS AÇÕES MILITARES DURANTE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM: UM ESTUDO A PARTIR DAS OPERAÇÕES ARCANJO E SÃO FRANCISCO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Cel Inf JOÃO LUIZ DE ARAUJO LAMPERT

Rio de Janeiro
2019

B277c Barroso, João Paulo de Andrade

A conquista da opinião pública como fator de êxito nas ações militares durante as operações de garantia da lei e da ordem: um estudo a partir das operações Arcanjo e São Francisco. / João Paulo de Andrade Barroso. ─2019.
42 f.: il.; 30 cm.

Orientação: João Luiz de Araujo Lampert.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)─Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 39-42.

1. OPINIÃO PÚBLICA 2. GARANTIA DA LEI E DA ORDEM 3. EXÉRCITO BRASILEIRO 4. SOCIEDADE I Título.

CDD 303.38

Maj Cav JOÃO PAULO DE ANDRADE **BARROSO**

A CONQUISTA DA OPINIÃO PÚBLICA COMO FATOR DE ÊXITO NAS AÇÕES MILITARES DURANTE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM: UM ESTUDO A PARTIR DAS OPERAÇÕES ARCANJO E SÃO FRANCISCO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Operações Militares.

Aprovado em 26 de outubro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

_____

JOÃO LUIZ DE ARAUJO LAMPERT - Cel Inf- Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

EDUARDO TEXEIRA COSTA MATTOS - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

EDUARDO SCHLUP - Maj Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa e a minha amada esposa Karina e minhas filhas Luiza e Cecília, pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Inf Lampert, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço pela orientação firme e objetiva, bem como pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

A Deus e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar a importância da manutenção de uma opinião pública favorável durante as operações de Garantia da Lei e da Ordem, a partir de um estudo da participação do Exército Brasileiro, na pacificação dos Complexos do Alemão, Penha e Maré, no Rio de Janeiro. Definiu as principais características de uma sociedade global imersa em denso aparato tecnológico e com amplo acesso aos novos meios de tecnologia de informação. Além disso, conceituou opinião pública e evidenciou os principais óbices encontrados para controlar a narrativa nas intervenções em comunidades do Rio de Janeiro, durante e após as ações desenvolvidas pelas Forças de Pacificação nestes ambientes. Por meio de uma análise de livros, manuais e artigos científicos, verificou o impacto dos diversos tipos de mídia no processo de influência da opinião pública. Por fim, constatou a relevância das Operações de Informação no ambiente operacional moderno, concluindo sobre sua capacidade de agregar poder de combate durante o emprego das tropas brasileiras em GLO.

Palavras-chave: Opinião Pública, Garantia da Lei e da Ordem, Exército Brasileiro, Sociedade, Tecnologia da Informação, Óbices, Mídias e Operações de Informação.

ABSTRACT

This paper aimed to present the importance of maintaining a favorable public opinion during Law and Order Guarantee operations, based on a study of the participation of the Brazilian Army in the pacification of the Alemão, Penha and Maré Complexes in Rio of January. It defined the main characteristics of a global society immersed in dense technological apparatus and with wide access to the new means of information technology. Moreover, it conceptualized public opinion and highlighted the main obstacles found to control the narrative in interventions in communities of Rio de Janeiro, during and after the actions taken by the Pacification Forces in these environments. Through an analysis of books, manuals and scientific articles, he verified the impact of various types of media on the process of influencing public opinion. Finally, he noted the relevance of Information Operations in the modern operating environment, concluding on their ability to add combat power while employing Brazilian troops in GLO.

Key-words: Public Opinion, Law and Order Guarantee, Braziliam Army, Society, Information Technology, Obstacles, Media and Information Operation.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Distribuição das operações de GLO 1992-2019..... 16
Figura 2 – A narrativa dominante e a opinião pública..... 17
Figura 3 – Índices de violência antes e depois da Operação Arcanjo IV..... 19
Figura 4 – Área de operações da Maré..... 21
Figura 5 – Percentual de pessoas que utilizam a Internet..... 23
Figura 6 – Relação entre mídia e opinião pública..... 29
Figura 7 – Notícias sobre mortes nas operações de GLO..... 30
Figura 8 – Notícia sobre morte na Operação São Francisco..... 31
Figura 9 – Notícia sobre morte de jovem na Operação São Francisco..... 31
Figura 10 – Célula de Operações de Informação de um Comando Tático..... 32

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 10

2 **METODOLOGIA**..... 13

2.1 TIPO DE PESQUISA..... 13

2.2 COLETA DE DADOS 14

2.3 TRATAMENTO DE DADOS..... 14

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO..... 14

3 **AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**..... 15

3.1 A OPERAÇÃO ARCANJO..... 18

3.2 A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO..... 20

4 **A ERA DA INFORMAÇÃO**..... 22

5 **A OPNIÃO PÚBLICA E AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO**..... 25

6 **OS ÓBICES PARA OBTENÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA FAVORÁVEL**..... 28

6.1 A ATUAÇÃO DA MÍDIA..... 28

6.2 O EMPREGO DE EQUIPES ESPECIALISADAS..... 32

6.3 O AMPLO EMPREGO DE MÍDIAS ALTERNATIVAS..... 33

7 **CONCLUSÃO** 36

8 **CRONOGRAMA**..... 38

9 **REFERÊNCIAS**..... 39

1 INTRODUÇÃO

A opinião pública é um aspecto de grande influência nas operações militares dentro do ambiente operacional moderno. Este ambiente, que é composto pelas dimensões física, humana e informacional, possui como uma de suas características a sensibilidade ao posicionamento da opinião pública (nacional e internacional) quanto ao emprego de tropas em operações militares de toda ordem. Além disso, as ações dentro do cenário atual, possuem maior visibilidade imposta pelas mídias, e empregam a informação como arma, afetando o poder de combate dos beligerantes. (BRASIL, 2014)

As tropas do Exército Brasileiro podem ser empregadas em Operações Ofensivas, Defensivas ou em Cooperação e Coordenação com Agências. Esta última ocorre, normalmente, em situações de não guerra e incluem as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Destacam-se como características dessas operações o ambiente complexo em que ocorrem e uma maior interação com a população, denotando maior importância ao fator de decisão considerações civis. (BRASIL,2017b)

Ao longo do século XXI, ocorreram inúmeros casos de emprego de militares do Exército Brasileiro dentro do território nacional em operações de GLO. À medida que Órgãos de Segurança Públicos (OSP) de determinados estados da federação demonstravam suas insuficiências diante de severas ameaças a suas populações, a solicitação de emprego de tropas federais veio crescendo progressivamente. Além disso, o Brasil sediou eventos de grande importância no cenário mundial, como a Rio +20, em 2012, a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e as Olimpíadas, em 2016. Em todas essas ocasiões ocorreram o emprego de tropas federais em operações de GLO. (FORÇAS ARMADAS, 2019)

Outrossim, foram desenvolvidas operações de GLO nos anos de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 para garantir a segurança das eleições nacionais. Em abril de 2006, em Tucuruí, no Pará, para proteção da usina hidrelétrica daquela cidade que havia sido invadida por integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. Nos anos de 2011 e 2012 para garantir a segurança da população dos Estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Rondônia que sofriam com greves de seus OSP. Entre 2010 e 2012 desencadeou-se a Operação Arcanjo, nas comunidades do Complexo

da Penha e Alemão e entre 2014 e 2015 a Operação São Francisco, no Complexo da Maré, ambas no Rio de Janeiro e com objetivos de preservação da ordem pública nas regiões de atuação. (FORÇAS ARMADAS, 2019)

A Operação Arcanjo iniciou em 26 de novembro de 2010 e encerrou no mês de julho de 2012, com a substituição das tropas federais pela polícia militar do estado. Durante esse período, os militares do Exército tinham por missão colaborar com a manutenção da ordem pública do estado do Rio de Janeiro, pacificando a região compreendida pelas comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão. A operação ocorreu após solicitação do então governador do estado Sérgio Cabral ao presidente Luís Inácio Lula da Silva e contou com a participação de cerca de 8.764 militares. (ASCOM, 2012)

A Operação São Francisco iniciou com o desdobramento de tropas no Complexo da Maré em 5 de abril de 2014 e permaneceu ativa por 14 meses, encerrando sua vigência em 30 de junho de 2015. Envolveu cerca de 3 mil militares e abarcou 15 comunidades da região. Teve início também por solicitação do governador Sérgio Cabral à presidente Dilma Rousseff e atribuía aos militares a missão de atuar em ações de GLO, para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, a fim de contribuir para o restabelecimento da paz social naquela região. (GONZAGA, 2015)

Essas duas áreas em que atuaram militares do Exército Brasileiro em Operações de GLO sintetizam bem o complexo Ambiente Operacional da atualidade, onde as unidades militares empregadas devem dispor de capacidades específicas e armas com letalidade seletiva, pois os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) a serem neutralizados estão misturadas às populações locais. (BRASIL, 2017a).

No que diz respeito à dimensão física, o terreno nos Complexos da Penha, Alemão e Maré, dificulta as operações militares, pois seu aglomerado de casas e barracos em uma área delimitada por ruas e vielas criam inúmeros esconderijos de marginais, vias de acesso para rotas de fuga e tornam a orientação extremamente difícil para elementos estranhos à região. (LIMA, 2012)

A situação é ainda mais complexa no que diz respeito a dimensão humana. São áreas densamente povoadas, onde os serviços públicos do estado não chegam ou ocorrem de maneira precária. Somente no Complexo da Penha, vivem uma população de mais de 180.000 habitantes, residindo em cerca de 58.000

residências. Os índices de desenvolvimento social (IDS) dessas comunidades, que levam em consideração dados a respeito da rede de água e esgoto, coleta de lixo, número de banheiros por morador, tempo de estudo, analfabetismo e renda, é muito baixo. No Complexo do Alemão ele chega a 0,474, enquanto o bairro da Lagoa, na zona sul da mesma cidade atinge 0,854. A maioria massiva dos moradores destas áreas é composta por indivíduos honestos e trabalhadores, mas os principais marginais de organizações criminosas do Rio de Janeiro também estão aí homiziados. Estima-se que só no Complexo do Alemão estejam vivendo por volta de 500 traficantes da Facção Criminosa Comando Vermelho. (LIMA, 2012)

Na dimensão informacional se verifica nos dois complexos de comunidades cariocas o mesmo fenômeno que acomete o restante do mundo. A revolução dos meios de comunicação e tecnologias de informação afetando o tecido social de uma sociedade, que se insere em um novo período da sua evolução, denominado era da informação. As instituições, como o Exército Brasileiro, bem como suas ações, ganham muito mais visibilidade nos dias de hoje, pois novos mecanismos, como a internet, possibilitam o tráfego quase que instantâneo de informações. Os grupos criminosos também fazem uso dessa revolução tecnológica a seu favor, assim como o fazem os terroristas do Estado Islâmico, que revolucionaram o terrorismo global fazendo uso de ferramentas digitais para cooptar membros e divulgar seus atentados. (ALVES, 2019)

Ainda nesse sentido, os elementos contrários ao emprego de tropas nas Operações de GLO, cientes da importância da informação, podem filmar e fotografar as ações, manipulando os dados em seu favor e prejudicando o sucesso das operações, além de comprometer a imagem da força terrestre junto a nação. (BRASIL, 2014)

Portanto, a capacidade de coletar, controlar, processar, explorar e proteger as informações são de grande importância em operações desta natureza, onde a dimensão informacional é revestida de grande importância no Espaço de Batalha. (BRASIL, 2014)

Outro fator de destaque em relação a opinião pública durante as Operações Arcanjo e São Francisco foi a atuação das mídias tradicionais. As revistas, jornais e canais de televisão dominam a pauta de notícias no país e são os principais veículos de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, são importantes difusores do pensamento dominante e influenciam na formação do senso comum. (ALVES, 2019)

A divulgação de notícias negativas da atuação das tropas como a que militares do exército estariam envolvidos em abusos como invasões de domicílio, danos ao patrimônio, revista de crianças e verificação de telefones celulares durante a Operação São Francisco podiam alterar a percepção que a sociedade tinha da realidade e prejudicar os resultados finais da missão. (PRADO, LANNOY, MARTINS,2018)

Portanto, o controle da narrativa deve ser uma preocupação constante nas operações militares, em especial, nas de GLO, onde o aspecto humano cresce de importância e torna muito mais sensível os possíveis efeitos colaterais decorrentes das ações empreendidas pelas tropas do Exército Brasileiro. O controle da narrativa vai influenciar a opinião pública, que deve permanecer sempre favorável ao poder militar, sob risco de se perder a liberdade de ação na área de operações ou até mesmo ser derrotado pelos oponentes. (BRASIL, 2014)

Diante disso, se constatou a dificuldade do obter o controle da narrativa nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, em especial aquelas conduzidas em áreas dominadas pelo crime organizado. Ademais, notou-se a importância das mídias tradicionais neste cenário, que, por diversas vezes, dificultaram a obtenção de uma opinião pública favorável às operações militares.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Com base nos conceitos teóricos apresentados no Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a metodologia que será empregada na confecção do trabalho científico será conforme o descrito a seguir. Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa será qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental. Qualitativa, pois estará privilegiando análises de documentos, relatos e entrevistas para entender os benefícios por meio da atuação de militares de uma forma mais profunda. Explicativa porque o autor buscará tornar o assunto o menos complexo possível. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação dos assuntos abordados e na criação do conhecimento disponíveis em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se

utilizará de documentos de trabalhos, relatórios, ofícios e memorandos não disponíveis para consultas públicas.

2.2 COLETA DE DADOS

Essa pesquisa iniciar-se-á com uma pesquisa bibliográfica na literatura (Livros, manuais, revistas especializadas e militares, jornais, artigos, internet, trabalhos acadêmicos) com dados pertinentes ao assunto. Nesta oportunidade, será feita a seleção de toda a documentação que será utilizada no trabalho. Em prosseguimento, utilizar-se-á, em princípio, a pesquisa documental, via digital, nos arquivos do Estado-Maior do Exército e Centro de Doutrina do Exército, onde se buscará documentação que porventura exista sobre as ações de GLO nas comunidades citadas. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitirão estabelecer quais foram as dificuldades das tropas empregadas em obter uma opinião pública favorável durante as operações.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

A abordagem escolhida para o tratamento dos dados, privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa. Isto em razão da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil do pesquisador. Os dados serão tratados pela análise do conteúdo, que, segundo Vergara (2009), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Isto ocorrerá durante toda a investigação, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido possui limitações, pois por se tratar de uma pesquisa bibliográfica limitar-se-á às consultas realizadas pelo autor, que buscará a maior variação possível. É de extrema importância a seleção das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada buscará evidenciar de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados.

Com isso, acredita-se que o método escolhido será acertado e possibilitará alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3. AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são operações realizadas pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área pré-determinada e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art.144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. (BRASIL, 2013)

A legislação que orienta o emprego das Forças Armadas em GLO não é uma novidade do século XXI. Ao longo das constituições brasileiras se observam dispositivos que amarravam tal situação. Em 1824, a Carta Magna previa em seu artigo 145 que as Forças Armadas deveriam sustentar a integridade do Império. Já em 1891, tinha-se no artigo 14 que elas deveriam, também, manter as leis no interior. Em 1934 a constituição acrescentou em seu artigo 162 que as Forças Armadas deveriam garantir os poderes Constitucionais, a ordem e a lei. Observa-se, portanto, uma evolução que conferiu cada vez mais legitimidade ao emprego do Exército em missões de GLO. (FORÇAS ARMADAS, 2019)

O amparo atual para emprego de tropas do Exército Brasileiro está na Constituição Federal (CF) de 1988, que diz em seu artigo 142 que as Forças Armadas são instituições permanentes e regulares baseadas na hierarquia e disciplina e estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, tendo como missão a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. (BRASIL,1988)

Além disso, o artigo 15 da lei complementar 99 de 1999 afirma que o emprego das tropas federais em GLO é de competência do Presidente da República e que somente ocorrerá quando forem esgotados os instrumentos destinados a manutenção da ordem pública. O esgotamento dos OSP a que se referem o artigo 15 da lei complementar 97 será caracterizado e reconhecido pelo chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual quando forem indisponíveis, inexistentes ou insuficientes. Neste caso, a autoridade competente deve transferir o controle

operacional dos OSP para a autoridade encarregada das operações. (BRASIL, 1999)

Já o decreto número 3.897 de 24 de agosto de 2001 permitiu ao Presidente da República determinar uma operação de GLO sem o reconhecimento do esgotamento dos instrumentos previstos no artigo 144 da CF. Acrescentou outras situações onde houver presunção de possível perturbação da ordem, especialmente em eventos oficiais ou públicos com a participação de Chefe de Estado ou de governo estrangeiro. Esse decreto também concedeu aos governadores de Estado e do Distrito Federal o direito de solicitarem o emprego das Forças Armadas em GLO. (BRASIL 2001b)

Essa modalidade de emprego do Exército Brasileiro foi uma constante desde os anos 2000, tornando-se cada vez mais frequente a partir de 2010. Deste último, até março de 2019 forma realizadas 29 operações de GLO no território nacional, sendo 10 delas desenvolvidas no Rio de Janeiro. (FORÇAS ARMADAS, 2019)

DISTRIBUIÇAO DAS OPERAÇÕES DE GLO 1992 - 2019

ANO	QUANTIDADE
1992	2
1993	0
1994	3
1995	0
1996	5
1997	6
1998	6
1999	8
2000	11
2001	9
2002	2
2003	3
2004	9
2005	6
2006	7
2007	6
2008	1
2009	2
2010	5
2011	8
2012	6
2013	3
2014	8
2015	2
2016	4
2017	8
2018	5
2019	0
TOTAL	135

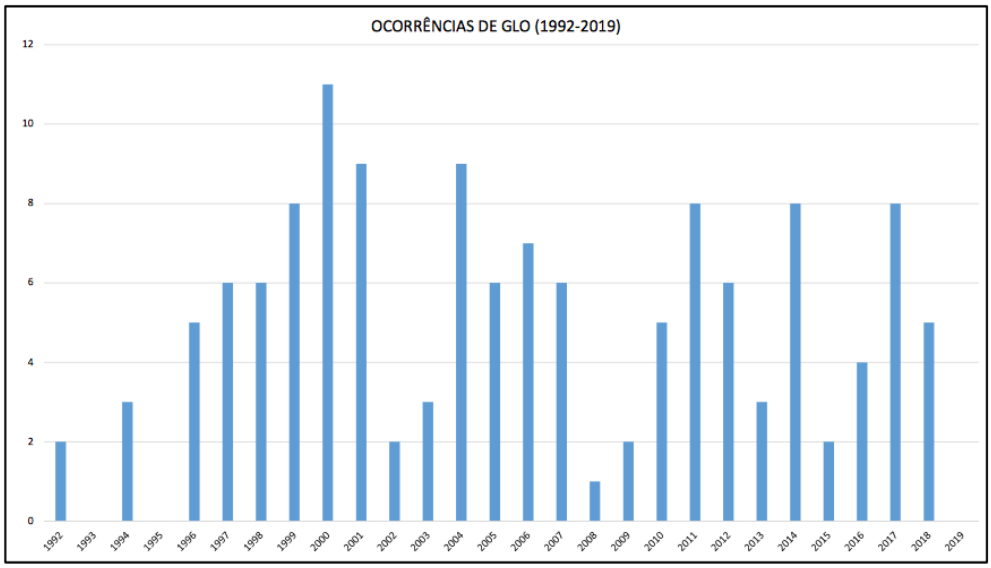

Figura 1: distribuição das operações de GLO 1992 - 2019 (Jan, 2017)
Fonte: defesa, 2019

Alinhada a essa nova realidade de atuação, comprovada pelos gráficos da figura 01, a Estratégia Nacional de Defesa (END) considera a GLO uma hipótese de emprego das Forças Armadas. Determina, portanto, que as unidades do Exército conduzam a capacitação do seu efetivo para emprego neste tipo de missão. (BRASIL, 2012)

Cabe ressaltar que, conforme prevê o manual de GLO do Ministério da Defesa, ações preventivas ou repressivas na faixa de fronteira não são consideradas de GLO e são reguladas por outra legislação. Além disso, a atuação de tropas como polícia judiciária militar e segurança presidencial também não se enquadram em GLO. (BRASIL,2013)

A conquista da opinião pública neste tipo de atuação é de vital importância para o êxito militar. Tanto é correta essa assertiva, que dentre os fundamentos das operações de GLO, destacam-se o emprego da comunicação social e das operações psicológicas. Qualquer tipo de incidente durante a atuação das tropas poderá ser explorado pela mídia ou pelas forças oponentes (F Opn) de forma a comprometer as operações de GLO e a imagem da força perante a sociedade. Por isso, os três eixos da comunicação social (as relações públicas, informações públicas e a divulgação institucional) devem trabalhar para manter o apoio da população e preservar a imagem da instituição, assim como as operações psicológicas devem conduzir campanhas antes e durante o emprego da força, visando a manutenção de uma opinião pública favorável. (BRASIL, 2013)

Nesse contexto, as operações de informação, que abarcam dentre outras capacidades, a comunicação social e as operações de apoio a informação, auxiliarão o cumprimento da missão, na medida que buscarão obter o controle da narrativa dos acontecimentos. Portanto, a estreita comunicação com a sociedade determinará a narrativa dominante, colocando o centro de gravidade (opinião pública) em proveito da força terrestre. (BRASIL, 2014)

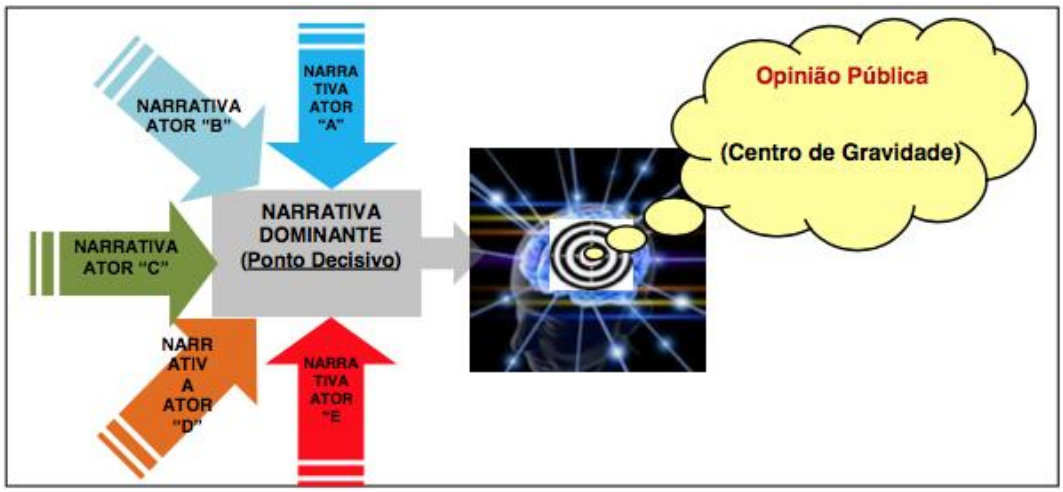

Figura 2: A narrativa dominante e a opinião pública
Fonte: EB20-MC-10.213

Observando a figura 2 se percebe que no ambiente operacional em que as tropas atuaram durante as operações de GLO, a opinião pública foi o centro de gravidade que impactou o resultado da missão. Nesse sentido é que se pode afirmar que existem diversas narrativas para os mesmos eventos, e aquela narrativa considerada dominante influenciará a opinião pública à seu favor. Consequentemente, alcançará melhores resultados em sua missão. Destarte, o êxito nas operações de GLO são altamente dependentes da opinião pública, que sofre a interferência de diversos atores com interesses antagônicos aos do Exército Brasileiro quando empregados neste tipo de cenário.

3.1 A OPERAÇÃO ARCANJO

Uma onda de violência atingiu a cidade do Rio de Janeiro em novembro de 2010. No dia 20 daquele mês, criminosos promoveram um arrastão na BR-116, matando a tiros um motorista de ônibus. No dia 21, seis homens portando fuzis abordaram três automóveis na Linha Vermelha, incendiando dois destes veículos. Na jornada seguinte, dia 22, uma cabine da Polícia Militar na Linha Amarela foi atacada com rajadas de tiros por criminosos que trafegavam em dois veículos em alta velocidade. Em 23 de novembro, outra cabine policial foi alvo de ataque de tiros por bandidos no bairro do Irajá. As ações criminosas prosseguiram ainda por mais quatro dias, com queima de carros em vias públicas e ameaças de novos ataques a instalações policiais. (LIMA, 2012)

A situação decorrente das ações dos marginais provocou graves problemas a circulação das pessoas no Rio de Janeiro. Tais fatos fizeram com que o governador do estado, solicitasse ao Presidente da República o emprego das Forças Armadas para atuar no combate aos traficantes. No dia 26 de novembro de 2010 foi estabelecida a Força Tarefa Chivunk, com militares da Brigada de Infantaria Paraquedista, para realizar o cerco no Complexo do Alemão. Mais tarde, no dia 23 de dezembro do mesmo ano, foi assinado um acordo entre o Ministério da Defesa e o Governo do Rio de Janeiro para a criação de uma Força de Pacificação (F Pac), que atuou nos Complexos do Alemão e Penha. (LIMA, 2012)

As F Pac se inspiraram no modelo de emprego de tropas brasileiras no Haiti e foram adotadas pela primeira vez em território nacional por ocasião da Operação Arcanjo. Ao todo, participaram da operação 07 (sete) Forças de Pacificação, constituídas por diferentes contingentes que se revezavam a cada três meses, até

junho de 2012 quando as Forças Armadas encerraram a missão. O efetivo de militares que atuaram em cada F Pac foi de cerca de 1500 homens e tiveram um custo de mais de 130 milhões de reais segundo o Ministério da Defesa. (LIMA, 2012)

Assim que se iniciou a atuação das Forças Armadas nos Complexos do Alemão e da Penha, os indicadores de criminalidade da região apresentaram queda significante. Tal fato pode ser constatado no quadro abaixo, relativo a Operação Arcanjo IV:

INDICADOR ESTRATÉGICO	28 NOV 09 a 27 NOV 10	28 NOV 10 a 23 NOV 11	Diferença	
			Absoluto	%
Homicídio doloso	121	110	-11	-9,1
Latrocínio	10	6	-4	-40,0
Resistência com morte do opositor	73	25	-48	-65,8
Lesão corporal seguida de morte	4	0	-4	-100,0
Letalidade violenta (homicídio+latrocínio+auto de resistência+lesão seguida de morte)	208	141	-67	-32,2
Roubo de veículo	1.560	1.047	-513	-32,9
Roubo de aparelho celular	571	367	-294	-35,7
Roubo a transeunte	3.016	2.183	-833	-27,6
Roubo em ônibus	411	286	-125	-30,4
Roubo de rua (transeunte+celular+coletivo)	3.998	2.836	-1162	-29,1

Resumo dos índices de violência imediatamente antes e depois da Operação Arcanjo IV[3].

Figura 3: Índices de violência antes e depois da Op Arcanjo IV
Fonte: GOMES, 2016

No entanto, com o passar do tempo, os moradores da área ocupada pelas tropas não tinham suas expectativas relacionadas a melhoria das condições de urbanização da comunidade atendidas. Além disso, alguns infortúnios causados pelas operações, como danos em veículos, pontos de bloqueios nas ruas e outros, provocaram um desgaste na imagem da Força Terrestre. Somente no quarto contingente foi criada uma célula de Assuntos Civis na F Pac para tratar problemas desta natureza, entre militares e civis, e convergir esforços na missão de pacificação da região. (MENDES, 2012)

Dessa forma, embora os resultados dos índices de criminalidade fossem favoráveis, a permanência duradoura da tropa e os danos colaterais das operações geraram alguns efeitos negativos na opinião pública. Ao término da Operação

Arcanjo uma pesquisa de campo realizada por especialistas ouviu 506 pessoas das comunidades dos dois complexos, onde 90% possuía o Ensino Médio e apenas 4% tinham o Ensino Superior. Ao final da pesquisa era franqueado ao entrevistado acrescentar algum comentário adicional. Respostas como “Por mim o Exército não estaria na rua”, “Nada além da confusão do Exército, “Sofri ato de hostilidade e ameaça sem causa por parte dos militares do EB e me sinto desamparada e desassistida” e “Alguns soldados do Exército achacam os condutores de motos pedindo dinheiro quando os mesmos estão em alguma infração” foram emitidas. (LIMA, 2012)

Verifica-se, portanto, que a Opinião Pública pode impactar a reputação das tropas em operações. Segundo Mendes (2012), a integração entre a população e as forças militares que cumprem a missão de GLO é fundamental para o êxito da operação. A tropa deve estudar e refletir sobre a cultura e o modo de viver da população, atuando em conjunto com essa para que atinjam os mesmos objetivos.

3.2 A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

O Complexo da Maré é o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro e está situado às margens da Baía de Guanabara, entre as principais vias de acesso da cidade, ou seja, as Linhas Vermelha e Avenida Brasil. Além disso, está na rota de passagem para o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), um dos mais importantes do país. A região abriga cerca de 140 mil habitantes e em 2014 foi a Área de Operações de mais uma Força de Pacificação das Forças Armadas. (SOUZA, 2014)

A região sofria com a disputa entre quatro facções criminosas pelo mercado das drogas. O Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), os Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia promoviam severas violações aos moradores locais e prejudicavam sobremaneira a circulação nesta área da cidade. A iniciativa do governo do Estado em instalar na Maré Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em 2013 e a necessidade de reduzir os índices de criminalidade por causa da proximidade da Copa do Mundo de Futebol em 2014 fizeram com que o Governador Sérgio Cabral solicitasse a intervenção das Forças Armadas. (SILVA, 2017)

Nesse contexto, o Presidente da República, por meio do Ministro da Defesa autorizou o emprego de tropas no Complexo da Maré em abril de 2014. A Operação denominada São Francisco determinava o emprego de militares das Forças

Armadas em GLO para cooperar com o processo de pacificação da região. Foram mobilizados 07 (sete) contingentes que atuaram de forma conjunta com outros órgãos governamentais por um período de 14 meses.

Figura 4: Área de Operações da Maré
Fonte: PRISCO, 2015

De acordo com a assessoria de comunicação social do Ministério da Defesa (ASCOM), os resultados alcançados pela Operação São Francisco foram relevantes no que diz respeito aos índices de criminalidade da região. A taxa de homicídios na Maré caiu de 21,29 para 5,33 mortes por 100 mil habitantes durante a presença das tropas nas comunidades. Foram realizadas 807 prisões, 58 apreensões de armas, 13 mil atendimentos em ações sociais e 3 mil atendimentos ao Disque-Pacificação. Ao todo participaram da missão cerca de 20 mil militares distribuídos nos sete contingentes que atuaram na F Pac.

No entanto, a despeito dos resultados militares, a ocupação da Maré pelas tropas federais por 14 meses não gerou impacto suficiente na melhoria das condições de oferta de segurança para a população local. Em pesquisa realizada ao término da missão, se constatou que aproximadamente metade dos habitantes da Área de Operações avaliaram a atuação da F Pac como regular. (SILVA, 2017)

Portanto, assim como aconteceu na Operação Arcanjo, se percebe o emprego tardio de recursos humanos destinados a conquista do apoio da população. Na Operação São Francisco isso só ocorreu de maneira apropriada a

partir do VI contingente. Nos desdobramentos anteriores da F Pac, os efetivos da célula de Comunicação Social eram bastante limitados. (PRISCO, 2015)

4. A ERA DA INFORMAÇÃO

A informação consiste na transmissão de mensagens entre um emissor e um sujeito, por meio de tecnologias que fazem a mediação dessas mensagens. Ela permeia as expressões econômica, psicossociais, política, militar e científico-tecnológica da sociedade moderna. A revolução dos meios tecnológicos de informações ocorridas nos últimos anos, com o advento de computadores, smartphones e da internet, transformou o processo de comunicação de uma esfera local para uma amplitude global. Ou seja, criou um novo tipo de socialização, onde os indivíduos podem interagir de maneira não presencial, a qualquer hora do dia e da noite e com quem quiserem, dentro de um ambiente virtual. (KHON, MORAES, 2007)

A rede mundial de computadores (Internet) surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) no final dos nãos 60 como uma ferramenta militar durante a Guerra Fria, sendo um meio alternativo de comunicações no caso de um ataque soviético a instalações militares em solo americano. Com o passar do tempo ela passou a se chamar *World Wide Web* (WWW) e se tornou de uso comum aos cidadãos do mundo, pois era de fácil utilização e aprendizado. Dessa maneira, é correto afirmar que, nos dias de hoje, a Internet se tornou um dos principais meios de criação, transporte, difusão e armazenamento de informações das mais diversas naturezas, com funcionamento desregulado e de baixo custo. (JAMIL, NEVES, 2000)

O professor, escritor e consultor administrativo de origem austríaca Peter Drucker foi um dos primeiros pensadores a tratarem sobre o tema Era da Informação. Produziu suas obras entre os anos de 1964 e 1998 descrevendo que o conhecimento iria ser um recurso fundamental na nova sociedade. Drucker afirmava que neste novo cenário, a sociedade seria baseada no conhecimento de trabalhadores altamente qualificados e que as atividades que produzissem e distribuíssem informações ocupariam lugar central nas organizações. (SALVADOR, 2013)

Na Era da Informação conceitos como distância, território, domínio e espera perdem importância, pois a velocidade e abrangência das informações são surpreendentemente elevadas. Os bens de maiores valores econômicos nesta nova sociedade são a informação e o conhecimento. Uma característica relevante da Era da Informação que afeta a sociedade atual é a redução das distâncias e do tempo entre a informação e seu destinatário, pois os dados viajam rapidamente em modernos equipamentos de comunicação. (BORGES, 2000)

No Brasil, o número de indivíduos que utilizam a internet vem aumentando significativamente ao longo dos anos. No ano de 2017, uma pesquisa revelou que 74,9% dos domicílios nacionais possuíam acesso a rede mundial. A mesma pesquisa revelou que o celular é o meio mais empregado para este fim, correspondendo a 97% dos usuários.

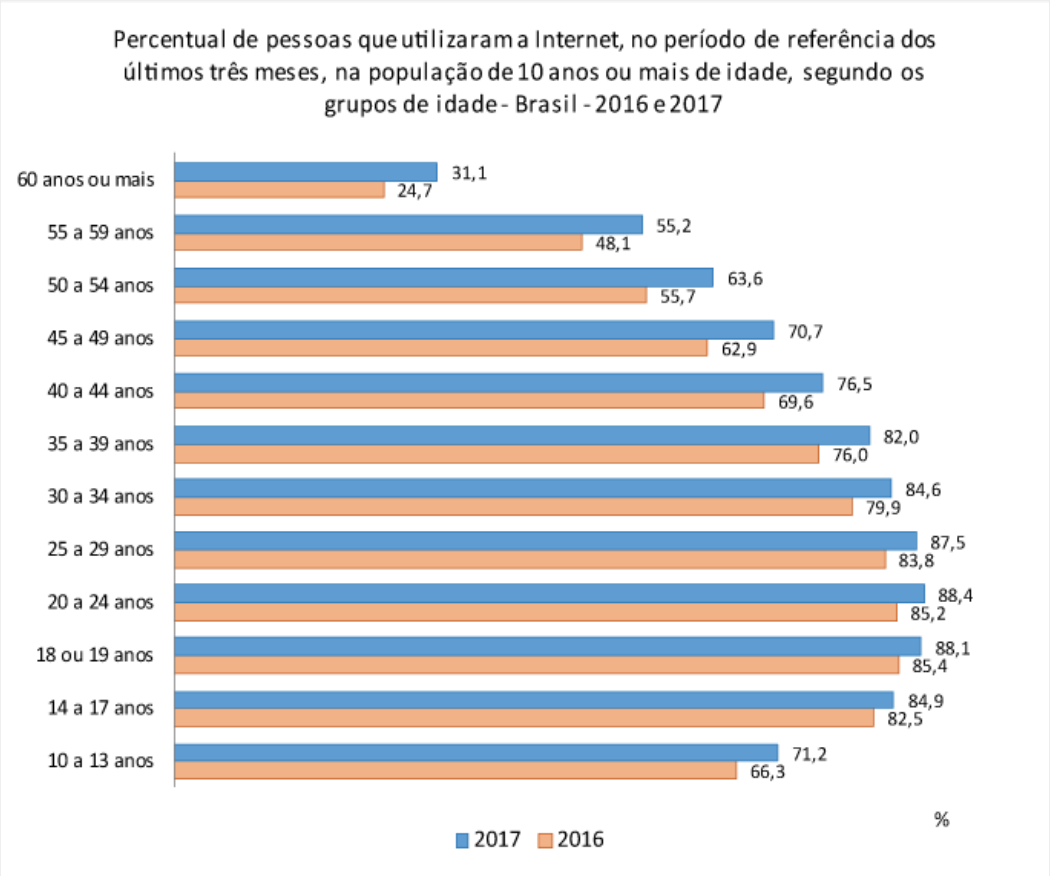

Figura 5: Percentual de pessoas que utilizam a Internet
Fonte: IBGE, 2018

Inseridos na era da Informação, os moradores das comunidades do Rio de Janeiro utilizam com mais frequência os smartphones e “tablets” para acessarem a internet. Neste contexto, diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) como

Viva Rio, Viva Favela e Observatório das Favelas criaram páginas nas redes sociais afim de estabelecerem um meio de comunicação com seus habitantes e conhecerem suas demandas. Assim, a visibilidade dos anseios de movimentos sociais e indivíduos que vivem nesses espaços geográficos é garantida por meio destas mídias sociais. (LEMOS, 2017)

Uma pesquisa realizada em 2011 pelo Observatório de Mídia do projeto Mídia e Favela constatou 104 veículos de comunicação presentes em favelas do Rio de Janeiro. Dentre esses, mais da metade eram veículos de internet. (ANSEL, BAHIA, 2013)

Cientes das transformações tecnológicas no campo das comunicações promovidas na Era da Informação, as grandes redes de televisão têm buscado se adaptar ao novo cenário. A internet tem oferecido opções mais abrangentes de informação e entretenimento e os executivos deste setor estão atentos a essas mudanças. (DIZARD, 2000)

Dessa maneira, se percebe que a população residente nas áreas em que atuou o Exército Brasileiro durante as operações Arcanjo e São Francisco também estão imersas na revolução tecnológica mundial, tendo acesso aos principais meios de tecnologia de informação disponíveis no mercado. Assim, participaram com protagonismo na geração, difusão e consumo de notícias sobre fatos desenvolvidos durante as ações militares, seja com objetivo de esclarecer, elogiar ou degradar a imagem da Força Terrestre.

5. A OPINIÃO PÚBLICA E AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

A questão da Opinião Pública (a “lei da opinião ou reputação”) dentro da Ciência Política já aparece nos escritos do filósofo inglês John Locke em sua teoria do contrato social. Nesse caso, a opinião pública se relaciona com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral.

> Há que se distinguir três tipos de leis, diz Locke. A primeira, a lei divina; a segunda, a lei civil; e a terceira, a lei da virtude e do vício, da opinião ou da reputação ou – Locke emprega o termo indistintamente – a lei da moda. E prossegue a autora na citação: Para compreendê-la corretamente, há que se levar em conta que, quando os homens se unem em sociedades políticas, ainda que entreguem ao público a disposição sobre toda a sua força, de modo que não possam empregá-la contra nenhum concidadão além do que permita a lei de seu país, conservam sem dúvida o poder de pensar bem ou mal, de aprovar ou censurar as ações dos que vivem e mantêm alguma relação com eles. (NOELLE- NEUMANN APUD HOHLFEDT, 2001: 98).

O conceito de opinião pública deve utilizar aspectos das ciências políticas, sociologia, antropologia, comunicação, economia e psicologia social, sob risco de se cometer um reducionismo na tentativa de enfatizar determinada ciência. Portanto, uma definição que abarque todas essas áreas do conhecimento pode ser aquela que considere todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública, esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais ou em manifestações coletivas. certificação de limpeza e liberação de áreas, além da ligação com as comunidades afetadas. (FIGUEIREDO, CERVELINE, 2000)

A opinião pública está intimamente ligada ao advento das comunicações de massa. A evolução dos meios de comunicação frutos da revolução industrial, a expansão do comércio mundial e a formação de sociedades democráticas com liberdade de expressão contribuíram para a consolidação da opinião pública. Os meios de comunicação de massa existentes atualmente permitem a sociedade informar aos governos sobre as repercussões de seus atos, conferindo as mídias uma importância destacada nas sociedades complexas. (FERREIRA, 2015)

Segundo o manual do Exército Brasileiro EB20-MF-03.103, COMUNICAÇÃO SOCIAL, a opinião pública pode ser conceituada como sendo o conjunto de opiniões

individuais sobre um mesmo fato, em um determinado momento e que pode ser medido cientificamente por meio de pesquisa. Ainda neste documento é estabelecido como missão da Comunicação Social a preservação e fortalecimento da imagem do Exército junto à comunidade nacional e internacional, tendo como um dos preceitos a promoção do aumento do poder de combate da Força Terrestre, evitando erros de entendimento e percepção dos públicos interno e externo. As atividades de Comunicação Social no Exército Brasileiro são divididas em relações públicas, assessoria de imprensa e divulgação institucional.

A manutenção de uma opinião pública favorável deve fazer parte da estratégia nacional, conforme manual de Estratégia da Força Terrestre. O documento afirma que a estratégia definida para solucionar uma controvérsia atua no campo interior e exterior à zona de conflito. No caso do campo exterior, a ideia da manobra é assegurar o máximo de apoio, incluindo a opinião pública nacional e internacional. (BRASIL, 2001a)

As mídias têm função essencial na construção da opinião pública, pois grande parte da população atribui veracidade as notícias divulgadas pelos meios de comunicação. Nesse sentido é que elas podem ser consideradas armas a serem utilizadas pelos atores dos conflitos armados, tal o seu poder diante da sociedade. Foi nesse contexto, que durante a Segunda Guerra Mundial, as ideologias extremistas (nazismo e fascismo) fizeram largo emprego deste recurso, de modo a ganharem cada vez mais adeptos. Do mesmo modo, os EUA utilizavam as mídias para enfraquecer as lideranças dessas ideologias, como por exemplo no filme O Grande Ditador, onde o ator norte-americano Charles Chaplin satirizava a figura do líder nazista Adolf Hitler. (FORNER, SILVA, 2013)

Assim, a opinião pública pode ser considerada um ponto decisivo nas operações de GLO contemporâneas. A sociedade é cada vez mais influenciada pelos meios de comunicação, atribuindo a dimensão informacional do ambiente operacional destacada importância. As organizações criminosas e os opositores (estatais ou não) da Força Terrestre podem e usam a informação para obterem vantagens nesta dimensão do ambiente operacional. (BRASIL, 2014)

Dessa forma, as Operações de Informação podem influenciar sobremaneira os resultados das operações. No entanto, o Brasil emprega essa doutrina de maneira limitada, principalmente no nível operacional. É necessário que as Forças Armadas apliquem uma visão mais integradora das capacidades de inteligência,

Operações de Apoio as Informação, Comunicação Social e Defesa Cibernética. (CORRÊA,2012)

Conclui-se, parcialmente, que diante do cenário apresentado no interior das comunidades em que foram desenvolvidas as ações de GLO, as Operações de Informação poderiam melhorar a opinião pública da população local em relação ao emprego das tropas. No entanto, essa atividade deve ser realizada por meio de planejamento antecipado e pessoal qualificado, pois a atuação militar na dimensão humana demanda de estudo e vocação, além de e concorrer com oponentes já habituados a essa atividade.

6. OS ÓBICES PARA OBTENÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA FAVORÁVEL

A opinião pública pode ser considerada um fenômeno originado de uma discussão coletiva, sobre um tema de relevância para uma sociedade, e que seja publicamente expressa, ou por indivíduos, ou em manifestações coletivas. A expressão “opinião pública” ganhou familiaridade com os brasileiros nos últimos anos, onde apareceram com frequência em jornais, revistas, rádios e televisões diversos resultados de pesquisas de opiniões sobre os mais diversos temas. (FIGUEIREDO, CERVELINE, 2000)

A palavra mídia aparece recentemente nas pesquisas em Comunicação no Brasil e a partir dos anos 90 ela passou a ser amplamente empregada. Em muitas publicações esse termo aparece se referindo à imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação ou veículo, sendo muitas vezes utilizado no plural, mídias. (GUAZINE, 2007)

A origem da palavra mídia se encontra no latim. Ela é o plural do termo *médium,* que significa meio e foi adotada pelos americanos como “media” e posteriormente aportuguesada. A função da mídia é propor formas para que a mensagem chegue ao seu público-alvo, empregando, para isso, os diversos meios de comunicação existentes atualmente. (DUGUAY, 2019)

6.1 A ATUAÇÃO DA MÍDIA

Nesse contexto, a mídia exerce influência na formação da opinião pública. Muitas emissoras de televisão, jornais, rádios, entre outros divulgam certas notícias de maneira enfática, e acabam por influenciar muitos eventos na sociedade. Atualmente, com o processo de globalização, parece haver uma homogeneização das informações, isto é, todos os noticiários transmitem, praticamente, a mesma informação. (VESTENA, 2008)

É possível perceber nos dias de hoje um inter-relação entre os líderes de opinião, meios de comunicação e público. Essa complexa ligação destes elementos é que fornece informações a opinião pública, denotando o papel fundamental da mídia nesse processo, conforme se percebe na figura abaixo. (VESTENA,2008)

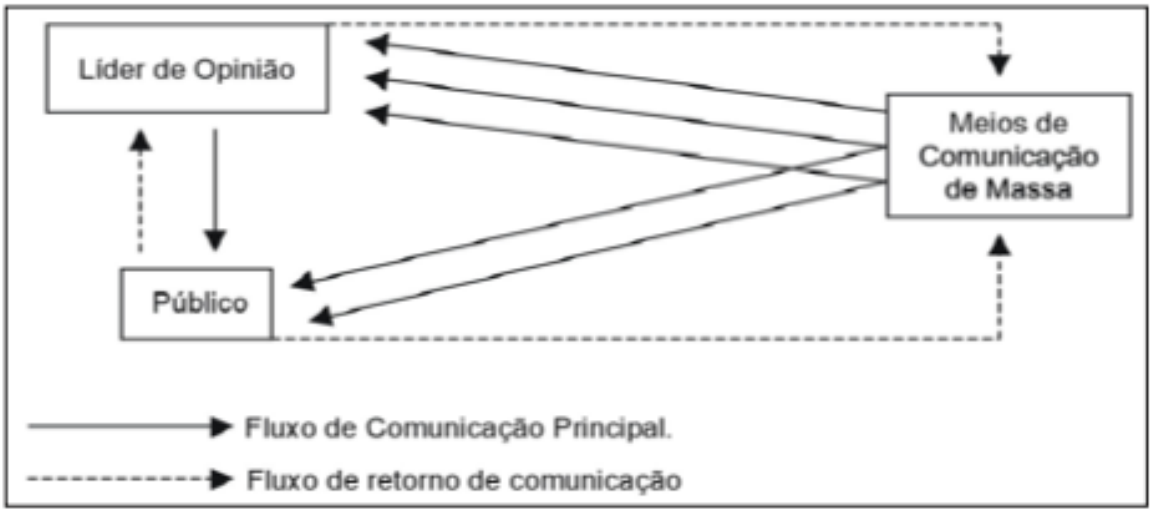

Figura 6: Relação entre mídia e opinião pública
Fonte: Modelo de fluxos de comunicação social (CORRÊA, 1993) adaptado de Dumazeider (1973)

Os meios de comunicação de massa atuais estão altamente comprometidos com ideologias políticas e interesses econômicos. A “grande mídia” adotou a mentira como norma em busca de favorecimentos, interesses e poder. A maneira como as manchetes são manipuladas influenciam o leitor na construção de conceitos e imagens sobre pessoas, empresas e instituições públicas. A mídia brasileira está saturada de mentiras, informações fabricadas ou meias-verdades, tornando a opinião pública caótica e dirigida, sem bases de informação reais e confiáveis. (FIASCHITELLO, 2019)

Portanto, o principal óbice para obtenção de uma opinião pública favorável durante as operações de GLO é a existência de uma imprensa comprometida com ideologias políticas ou interesses econômicos. Apesar de resultados significativos no campo da segurança pública nas operações Arcanjo e São Francisco, a imprensa publicou inúmeras notícias negativas sobre a atuação das Forças Armadas durante essas ações de GLO. Todas elas foram formuladas de maneira a denegrir a imagem positiva que as três forças detêm no âmbito da população nacional.

Na figura 7 se observa uma manchete publicada na página digital da revista EXAME. A reportagem foi retirada originalmente do site da Agência Pública e seu conteúdo trata das mortes supostamente ocasionadas por tropas federais durante as operações de GLO desde o ano de 2010, onde se incluem as Operações Arcanjo e São Francisco. Durante a reportagem se constata que ocorreram neste período 32 mortes com envolvimento de militares, sendo 29 membros do Exército Brasileiro.

O próprio texto destaca que a maioria das mortes foram consequências de confrontos com criminosos, o que já justificaria a existência dessas baixas. No entanto, o objetivo da matéria é insinuar que ocorreram mortes de indivíduos inocentes, como a de um adolescente de 15 anos durante a Operação Arcanjo, e denegrir os resultados positivos alcançados. O menino, segundo a família teria sido atingido quando estava em uma praça, mas o Comando do Exército não registra essa baixa em seus relatórios.

Exército é acusado de matar inocentes em operações de segurança pública

Investigamos o "efeito colateral" das operações de Garantia da Lei e da Ordem; Forças Armadas estão ligadas a morte de pelo menos 32 pessoas desde 2010

Figura 7: Notícia sobre mortes nas operações de GLO
Fonte: VIANA, 2018

Outras baixas ocorreram, segundo a reportagem, em situações semelhantes e em outras operações de GLO, mas nenhuma delas está registrada em relatórios oficiais do Exército, e se baseiam em relatos de supostos moradores e familiares contatados pelos responsáveis da reportagem. Além disso, no texto exibido pelo site da EXAME, a Operação São Francisco é tratada com um "fiasco", e informa, de maneira equivocada, que o conceito de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOPS) se refere aos elementos mortos pelos militares, materializando a total falta de comprometimento com a verdade desse órgão de imprensa.

Outro exemplo de manchete tendenciosa (figura 8) se refere a morte de um indivíduo que entrou em confronto com as F Pac durante a Op São Francisco. Ela informa que um homem foi fatalmente atingido após abrir fogo contra uma patrulha do Exército na região de Vila do Pinheiro no Complexo da Maré. Ele portava um rádio transmissor e cartuchos de calibre nove milímetros. Portanto, o fato é que um criminoso atacou uma fração das F Pac e foi neutralizado dentro das regras de engajamento previstas. No entanto, a notícia influencia o leitor a acreditar que houve um excesso por parte dos militares que provocaram a morte de um cidadão comum e causou revolta nos moradores, omitindo a verdadeira situação deste indivíduo.

Homem morre em confronto com o Exército na Maré, Rio

Força de Pacificação completa uma semana de ocupação neste sábado (12). Em protesto, grupo fechou parcialmente Linha Amarela, que já foi liberada.

Figura 8: Notícia sobre mortes na Operação São Francisco
Fonte: G1, 2014

Mantendo sua linha tendenciosa, o mesmo site de notícias da figura anterior publicou mais uma reportagem relativa ao incidente narrado. Desta vez, a manchete informou que os militares compareceram a delegacia para prestarem esclarecimentos do fato, tratando o criminoso morto como um jovem residente da comunidade. A informação postada de que os militarem compareceram na delegacia, busca caracterizá-los como culpados de um crime. No entanto, a verdade é que os integrantes da F foram vítimas de uma ação de ataque por parte de criminosos locais.

Militares vão à delegacia após confronto e morte na Maré, no Rio

Jovem foi baleado em operação da Força de Pacificação na comunidade. Após a troca de tiros, soldados foram prestar depoimento na 21ª DP.

Figura 09: Notícia sobre morte de jovem na Operação São Francisco
Fonte: G1, 2014

Se percebe claramente a falta de interesse da mídia brasileira em apoiar as ações militares durante as operações de GLO. Nessa situação, a atuação da imprensa se reveste de papel fundamental para o êxito das operações, corroborando com o que afirmou o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen, durante uma entrevista coletiva em 2017 : “Existem dois fatores críticos para o sucesso disso: a adesão da sociedade no Rio de Janeiro e a compreensão que a mídia terá do que será feito. Isso é fundamental porque vamos ter insucesso, vamos ter incidentes. Estamos numa guerra. Vai acontecer, é previsível que aconteçam coisas indesejáveis, inclusive injustiças. Mas ou a sociedade quer ou não quer.”

6.2 O EMPREGO DE EQUIPES ESPECIALISADAS

O manual de Campanha EB20 – MC – 10.213, Operações de Informação, afirma que equipes de Op Info podem atuar em nível tático, integrando junto com os especialistas necessários a 8ª seção do Estado Maior do comando enquadrante. Esta célula deve planejar, coordenar, controlar e supervisionar as ações de Op Info na área de operações, e possui representantes de diversos setores que podem contribuir com os objetivos relacionados a informação, conforme se percebe na figura abaixo:

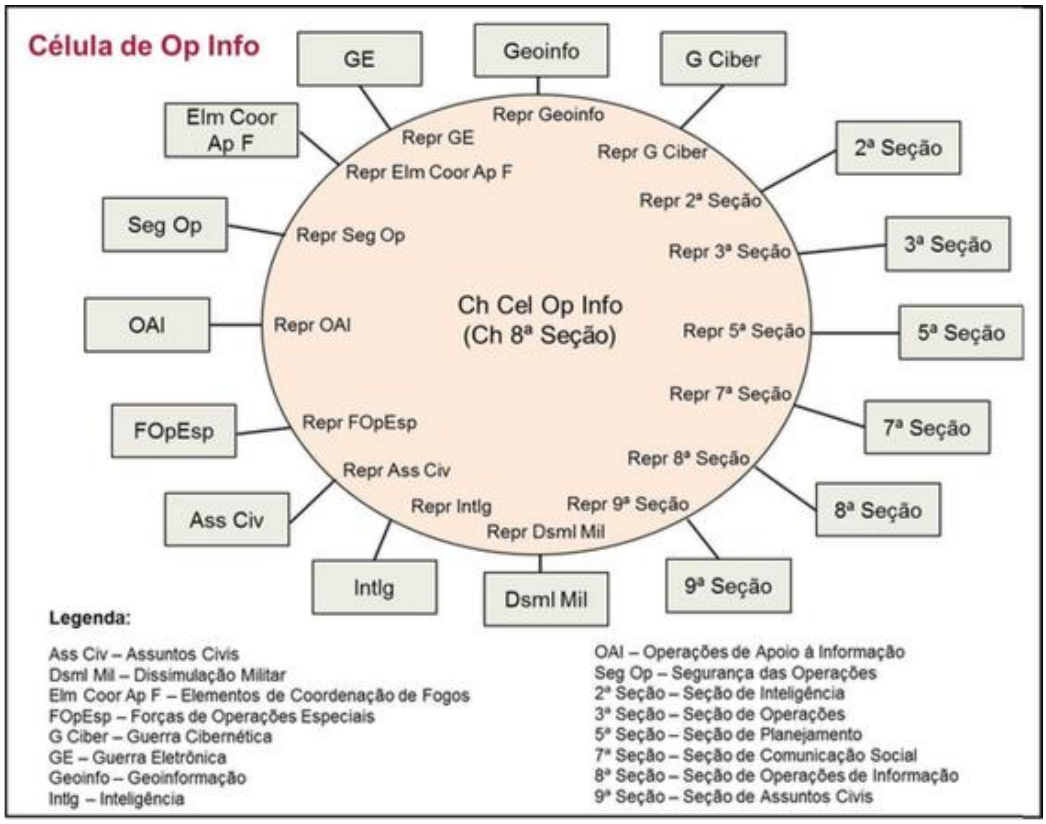

Figura 10: Célula de Operações de Informação de um comando tático

Fonte: Brasil. 2014b

No entanto, outro grande óbice para a conquista da opinião pública nas operações de GLO é a falta de atenção às Operações de Informação dispensada pelos chefes militares nestas ocasiões. A maioria deles, graças ao ceticismo e ortodoxia de suas formações não está habituado as características da guerra de 4ª geração, onde os objetivos psicológicos são prioritários em relação aos objetivos físicos. (VISACRO, 2009)

Tal fato foi claramente identificado nas Operações Arcanjo e São Francisco, onde equipes destinadas para planejarem e conduzirem as Operações de Informações forma mobiliadas tardiamente ou de forma insuficiente.

No caso das tropas no Complexo do Alemão, somente no IV contingente as equipes destinadas a realizarem as Operações de Informação foram dotadas com uma célula de assuntos civis. Ou seja, após quatro rodízios entre as F Pac é que equipes vocacionadas a estabelecerem uma ligação entre militares e civis foi constituída como parte integrante do contingente que atuava na área de operações. (MENDES, 2012)

Segundo Mendes (2012), somente a partir da Op Arcanjo II se notou a necessidade de priorizar esforços para assegurar que um maior número possível de Instituições e pessoas tivesse interesses na pacificação dos complexos da Penha e do Alemão. O emprego de Operações Psicológicas neste cenário angariou simpatizantes à causa da F Pac, mostrando à sociedade e aos moradores os benefícios da presença do Exército Brasileiro na região.

Nas F Pac atuantes no complexo da Maré, durante a Op São Francisco, a situação foi semelhante. Somente no VI contingente houve a adjudicação de recursos humanos adequados para o cumprimento de tarefas de Comunicação Social. Nos demais efetivos, a célula de Com Soc possuía efetivo reduzido para atender a imensa demanda deste setor das Op Info, comprometendo uma conquista mais eficaz da opinião pública. (PRISCO, 2015)

Dessa forma, se observa um tratamento limitado na doutrina de Op Info dentro da Força Terrestre nos níveis táticos, estratégicos e operacionais. A inclusão deste assunto nas doutrinas militares convencionais é uma realidade na maior parte das Forças Armadas ocidentais do globo. Assim, o Brasil vem buscando integrar as Op Info às operações militares, ajustando suas estruturas atuais ou criando novas estruturas, com o objetivo de vencer esse desafio dos conflitos modernos. (CORRÊA,2012)

6.3 O AMPLO EMPREGO DE MÍDIAS ALTERNATIVAS

Nos anos 90 a Internet deixou de ser um privilégio de um grupo pequeno de fanáticos por computadores para se tornar um item de consumo de massa. Durante esse processo ela vem revolucionando o setor de mídias, pois deixou de ser um

simples canal de texto para se consolidar com serviços digitalizados de impressos, áudio e vídeos. Dessa maneira, ela representa um desafio às mídias tradicionais. (DIZARD, 2000)

Diante desse novo panorama tecnológico, a televisão e jornais impressos vem perdendo cada vez mais audiência para mídias alternativas. A internet oferece uma maior amplitude de informações e entretenimento ao público em geral. Prova disso é que nos últimos anos da década de 90 nos Estados Unidos, o acesso a jornais diários por adultos diminuiu de cerca de 78% para menos de 60%. (DIZARD, 2000)

As novas mídias digitais são utilizadas por um número cada vez maior de indivíduos com o intuito de divulgarem pessoas e/ou ideias por meio de *blogs*, páginas pessoais, sites de vídeos, etc. Tal fato tem transformado as relações entre meios, sociedade e geração de sentido, aspectos indispensáveis no processo de geração e circulação da comunicação. Como exemplo, esse fenômeno pode ser claramente constatado nas eleições presidenciais do Irã em 2009. Os opositores de Mohamoud Ahmadinejad utilizaram diversas *E-mails*, *Twitter, You Tube* e mensagens de celular para atacarem o governo, denunciando seus abusos ao mundo por meio dessas ferramentas. Os grandes veículos de informação foram obrigados a recorrerem a estes meios para obterem e divulgarem as notícias referentes às eleições nesse país durante esta ocasião. (ARAÚJO NETO, 2009)

As comunidades do Rio de Janeiro estão inseridas nesse processo de transformação das comunicações. No Complexo da Maré, por exemplo, onde ocorreu a Operação São Francisco, existe o canal de mídia comunitária MareVive. Segundo sua página no *Facebook,* o canal se destina a atividade jornalística na comunidade e utiliza como fonte de informação os próprios moradores. Afirma que os veículos de mídias tradicionais só divulgam aspectos negativos da favela. Em sua página possuem em destaque o *slogan*: “Pelo fim do racismo, da militarização e do genocídio”.

A necessidade de informação da sociedade atual atrelada a facilidade de manuseio das mídias digitais tem provocado uma crise informacional no mundo moderno. Ou seja, não existe um controle sobre o que é produzido, sendo constante a divulgação de notícias falsas, mais conhecidas pelo termo “*Fake News”.* Redes sociais como o *Whatsap*p e *Twitter* contribuíram para elevar a velocidade com que as informações circulam. No entanto, devido ao grande número de usuários, torna-

se impossível a verificação da origem e da veracidade das informações compartilhadas. (CARVALHO, MATEUS, 2018)

Além disso, uma pesquisa realizada pela Universidade de Columbia e o Instituto Nacional Francês, utilizando um conjunto de tecnologias que registra o movimento dos olhos, levantou que 59% de links compartilhados em redes sociais não são abertos. Dessa maneira, uma manchete bem elaborada já seria o suficiente para garantir um engajamento, fato que facilita a elaboração de notícias falsas. (CARVALHO, MATEUS, 2018)

Portanto, a ampla utilização de mídias alternativas dificulta o controle da produção e divulgação de notícias. Esse aspecto se fez presente nas operações de GLO nos complexos da Maré, Alemão e Penha, onde moradores orientados por integrantes do crime organizado se utilizavam dessa ferramenta para confundir a opinião pública e enfraquecer a atuação das Forças Armadas nessas regiões.

Logo, é possível afirmar que as Operações de Informações podem utilizar esses recursos para mitigar efeitos colaterais das ações militares e potencializar os resultados positivos alcançados. Por meio de pessoal adestrado, utilizando os recursos diversos de tecnologia da informação, os militares da célula de Op Info de um comando tático, podem influenciar a opinião pública de um determinado ambiente operacional.

7. CONCLUSÃO

A opinião pública vem ganhando protagonismo no ambiente operacional contemporâneo, onde as ameaças se tornam cada vez mais difíceis de serem identificadas e as tropas necessitam de legitimidade para suas ações. As operações militares desenvolvidas em áreas humanizadas e o advento de novas tecnologias de informação, colocam a opinião pública como um dos Centros de Gravidade dos conflitos modernos, atribuindo menos importância ao componente físico do campo de batalha e agregando maior importância aos componentes humanos e informacionais.

O emprego cada vez mais comum de tropas do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem insere a Força Terrestre nesse complexo ambiente operacional. O emprego de tropas nas Operações Arcanjo e São Francisco trouxeram muitos ensinamentos a doutrina militar terrestre. Nessas ocasiões se percebeu a importância das Operações de Informação como ferramenta para a conquista e manutenção de uma opinião pública favorável.

Nas comunidades da Penha, Alemão e Maré as tropas empenhadas nas F Pac atingiram excelentes resultados absolutos no combate ao crime organizado, além de estabilizarem essas regiões que se encontravam sob total domínio das facções criminosas. No entanto, a preservação da imagem da força e a percepção de seu emprego pela sociedade não alcançaram resultados esperados. Muitas foram as notícias depreciativas do emprego do Exército Brasileiro nas duas operações e o controle da narrativa não foi de total domínio das autoridades militares responsáveis durante o desenvolvimento das intervenções.

A atuação de uma grande mídia comprometida com uma ideologia política de esquerda, aliada ao descontrole de informações divulgadas por mídias alternativas enfraqueceu o bom reflexo da atuação das tropas federais nas ocupações das comunidades. Além disso, as Operações de Informação não tiveram a devida atenção por parte daqueles que planejaram o emprego das unidades militares. Elas poderiam mitigar os efeitos negativos desses fatores expostos e maximizar os efeitos positivos alcançados.

A relevância da opinião pública no contexto dos conflitos é um fenômeno mundial, não sendo uma exclusividade do Brasil. Em março de 2003 os EUA entraram em uma guerra contra o Iraque. Nos anos iniciais do conflito a guerra foi

amplamente apoiada pela população norte-americana, o que influenciou de maneira positiva a reeleição de George W. Bush, do partido Republicano em 2004. No entanto, o prolongamento da presença militar naquele território e o aumento significativo de baixas americanas mudou a opinião pública, acarretando a derrota republicana nas eleições de 2008.

Dessa forma, a busca pelo controle da narrativa durante as ações de GLO torna-se uma necessidade para conferir liberdade de ação para as tropas empenhadas. Pois, como se percebe nos casos abordados neste trabalho, não basta combater o problema somente na expressão militar e inserido apenas na dimensão física do ambiente operacional. Se a percepção da sociedade é negativa quanto a presença das tropas, a missão pode ser comprometida ou ter seus resultados ofuscados.

As operações militares desenvolvidas pelo Exército Brasileiro devem contemplar em suas fases de planejamento e execução as capacidades relacionadas à informação (CRI). As Op Info são essenciais para neutralizar as ameaças na Dimensão Informacional, não podendo os chefes decisores abdicarem de precioso instrumento integrador. Elas irão contribuir sobremaneira para o Estado Final Desejado (EFD) de qualquer campanha militar, podendo degradar o poder de combate do oponente e proteger as unidades e instituições empregadas.

8. CRONOGRAMA

Atividades	2019								
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
1ª reunião com o orientador	X								
Entrega do Projeto de Pesquisa	X								
2ª reunião com o orientador		X							
Entrega do sumário e metade dos capítulos				X					
3ª reunião com o orientador						X			
Entrega do restante dos capítulos							X		
Entrega do TCC pronto								X	
Aprovação pela ECEME									X

9. REFERÊNCIAS

ALVES, Diego Cunha de. **ESTADO E SOCIEDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO: A relação entre as transformações sociais e as novas tecnologias da informação na contemporaneidade.** Disponível em < https://monografias.brasilescola.uol.com.br/historia/estado-sociedade na-era-informacao-relacao-entre-as-transformacoes-sociais-novas-tecnologias.htm>. Acesso em 10/03/2019.

ANSEL, Thiago Araujo; BAHIA, Silvana Helene Gomes. **Mídia e Favela: Comunicação e Democracia nos Espaços Populares.** IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, UFPR, Curitiba, PR, 2013.

ARAÚJO NETO,J.G.. **A utilização das mídias digitais na sociedade midiatizada.** 2009 (Apresentação de Trabalho/Comunicação)

ASCOM**. Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública**. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim.> Acesso em: 10 mar. 2019.

BORGES, Maria Alice Guimarães. **A compreensão da sociedade da informação**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, set./dez. 2000.

BRASIL, Agência**. Garantia da Lei e da Ordem**. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem > Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.212**: Operações Especiais** 3. ed. Brasília, DF, 2017a.

_____. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.223: **Operações** 5. Ed. Brasília, DF, 2017b

_____. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD33-M-10: **Garantia da Lei e da ordem** 1. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. Estado-Maior do Exército. C101-5: **Estado Maior e Ordens** 2. ed. Brasília, DF, 2003.

_____. Estado-Maior do Exército. C124-1: **Estratégia** 3. ed. Brasília, DF, 2001a.

_____.Estado-Maior do Exército. EB 20-MF-03.103: **Comunicação Social** 2. ed. Brasília, DF, 2017c.

_____.Estado-Maior do Exército. EB 20-MC-10.213: **Operações de Informação** 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13/04/2019.

_____. **Decreto Federal n. 3.897, de 24 de agosto, 2001.** Brasília: Planalto, 2001b. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13/04/2019.

_____. **Lei Complementar n. 97, de 9 de junho, 1999**. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13/04/2018.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível em: <https: //www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

CARVALHO, Mariana Freitas de; MATEUS, Cristielle Andrade. ***Fake News* e Desinformação no meio digital: Análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação.** V Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, UFMG, Belo Horizonte, MG, Novembro, 2018.

CORRÊA, A. J. **Operações de Informações: um antigo conceito com um novo paradigma**. Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, no 27, 3º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

CORRÊA, T. G. **Contato imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política**. São Paulo: Global, 1993.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**, 3 ed. norte- americana, Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2000.

DUGUAY, Rodrigo. **MIDIA**. Material de Referência Teórica 01. Disponível em <https://duguay.com.br/uploads/arquivos/catolica_MIDIA_apostila001_HISTORICO.pdf> Acesso em 5 mai. 2019

FERREIRA, Fernanda Vasques. **Raízes Históricas do Conceito de Opinião Pública em Comunicação**. Em Debate, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.50-68, janeiro, 2015.

FIASCHITELLO, Alberto. **Grande mídia: a mentira como norma**. EPOCH TIMES. Disponível em < https://www.epochtimes.com.br/grande-midia-mentira-como-norma> Acesso em 07 mai. 2019

FIGUEIREDO, Rubens, CERVELLINE, Sílvia. **Contribuições para o conceito de opinião pública**. Opinião Pública, Campinas, v. III, n 3, p 171-185, dezembro, 1995.

FORÇAS ARMADAS, Estado-Maior Conjunto Das. **4º Ano Consolidando a Interoperabilidade Entre as Forças Armadas**. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/.../ffaagloviiicedn.pdf > Acesso em: 18 mar. 2019.

FORNER, Oscar Milton Cowley, SILVA, Maria Aparecida Ramos. **A mídia como arma de guerra durante a Segunda Guerra Mundial**. Universidade Federal da Paraíba, Temática, Ano XIII, v.1, n.4, p.77-83, jan-jul 2013.

G1, Globo. **Homem morre em confronto com o Exército na Maré, Rio**. 12 abr. 2014. Disponível em <https://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/homem-morre-em-confronto-com-exercito-na-mare-rio > Acesso em 15 mai. 2019.

G1, Globo. **Militares vão à delegacia após confronto e morte na Maré, no Rio**. 12 abr. 2014. Disponível em <https://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/militares-vao-delegacia-apos-confronto-e-morte-na-mare-no-rio > Acesso em 20 mai. 2019.

GUAZINA, Liziane. **O Conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

GONZAGA, Alexandre. **Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje**. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/noticia/19601/-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje> Acesso em 01 mar. 2019.

IBGE, Agência. **PNAD Continua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 14 mar. 2019.

JAMIL, George Leal, NEVES, Jorge Tadeu do Ramos. **A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da Informação**. Perspct. cienc. Inf. Belo Horizonte, v.5, n.1, p.41-53, jan./jun. 2000.

KHON, Karen, MORAES, Cláudia Herte de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Cesnors), Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

LEMOS, Fábia de Castro. **Sustentabilidade comunicativa: a favela nas redes sociais e o exercício do direito à cidade**. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, UNIGRANRIO, ANO IV, v.1, n.1, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

LIMA, Carlos Alberto de. **Os 583 dias da Pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão**. Rio de Janeiro, Agência 2ª Comunicação.1ed. 2012.

MENDES, C. A. K. **Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro.** Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares. v3, no 27, 3o quadrimestre de 2012. ECEME: Rio de Janeiro.

PRADO, Amanda; LANNOY, Carlos de; MARTINS, Marco Antônio. **Defensoria apura denúncias contra militares do Exército durante operação no Complexo do Alemão**. 22 ago. 2018 Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/22/defensoria-apura-denuncias-contra-militares-do-exercito-durante-operacao-no-complexo-do-alemao.ghtml> Acesso em 10/03/ 2019.

PRISCO, Abelardo De S. N. **O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré, Estudo de Caso - Março 2015**. Military Review p.18 a 30. Setembro - Outubro 2015.

SALVADOR, Jocelito André. **SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: O que é e como ela nos influencia?** Disponível em < https:// www.mettodo.com.br/ebooks/Sociedade_do_Conhecimento.pdf> Acesso em: 13 mar. 2019.

SILVA, Eliana Souza. **A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré.** Rio de janeiro: Rede da Maré, 2017.

SOUZA, Bruno Dittz. **Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Maré: constitucionalidade ou inconstitucionalidade das operações de garantia da lei e da ordem.** UFJF, Faculdade de Direito, Juiz de Fora, MG, 2014.

VESTENA, Carla Luciane Blum. **O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu.** Revista Guairacá - Guarapuava, Paraná n.24 p.9-22. 2008.

VIANA, Natalia. **Exército é acusado de matar inocentes em operações de segurança pública.** EXAME. 10 nov. 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/.../exercito-e-acusado-de-matar-inocentes-em-operacoes-de-seguranca-publica> Acesso em 4 mai. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo, Contexto, p.40, 2009.